



Cláudio Monteiro diz que vai votar contra medida do IPVA

30 Câmara ameaça rejeitar pacote

O aumento do IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano — e a cobrança do IPVA — Imposto sobre Veículos Automotores — sobre carros com até 15 anos de fabricação, voltou a agitar a Câmara Legislativa, ontem de manhã. As duas propostas, contidas no Pacote que o governador Cristovam Buarque envia à Câmara amanhã, para aumentar a arrecadação, desagradaram até aliados do governo. A promessa dos deputados é que o projeto não passa na Câmara.

O IPVA tem semeado a discórdia entre a líder do governo na Câmara, Lúcia Carvalho (PT), e o vice-líder Cláudio Monteiro (PPS). Lúcia defende a cobrança do IPVA até para todos os carros em circulação no DF, alegando que, quanto mais velhos, mais poluentes e por isso devem ser estimulados a saírem de circulação.

Segundo Lúcia, se o IPVA voltar a ser cobrado somente dos carros com até 15 anos de fabricação, o governo terá mais 114.668 veículos incluídos no imposto, o que equivale a 360 mil carros. Cláudio Monteiro, autor da lei que reduz de 15 para 10 anos o pagamento do IPVA, diz que o cálculo não é bem assim. “Atualmente o governo já cobra o IPVA de 236.695 veículos com até 10 anos de fabricação. E os 114.668 carros com até 15 anos de uso estão tão desvalorizados que o IPVA iria acrescentar muito pouco aos cofres públicos, e desfalcá-lo muito o bolso dos proprietários desses carros, todos pobres”, argumenta.

Especulação — Outra discussão foi entre o presidente da Casa, deputado Geraldo Magela (PT), e o líder do PMDB, Luiz Estevão. Magela disse que Luiz Estevão é contra o aumento do IPTU porque é um dos maiores proprietários de terrenos no DF, e que por isso não quer pagar mais, além de prejudicar o mercado imobiliário da cidade, deixando vazios os terrenos que deveriam ter casas e apartamentos para solucionar o problema de moradia na capital.

Luiz Estevão rebateu as acusações. Disse que o IPTU é pago por inquilinos e que a proposta de aumento do governo só pesará no bolso de 360 mil pessoas, que têm imóveis alugados no DF. E lembrou que a UnB é a maior especuladora imobiliária do DF, “pois é dona dos terrenos mais valorizados de Brasília”, e perguntou por que o governador, que foi reitor da UnB e conhece muito bem o assunto, não põe estes terrenos à venda para aumentar os recursos, ao invés de propor o aumento do IPTU, “que só vai punir uma minoria”.

O deputado Cláudio Monteiro também é contra o aumento do IPTU. Elecha que se o governo criar uma taxa sobre os condomínios irregulares, até que eles possam ser regularizados e o IPTU ser cobrado normalmente, a arrecadação superaria o que se pretende com o aumento do imposto. Na opinião dele, aumentar o IPTU é mais fácil do que fazer isso, e o governo prefere arriscar com um pacote impopular.